

Colônia, estamento, capitalismo político (um enriquecimento de idéias na leitura livre de Faoro)

Cesare Giuseppe Galvan*

Resumo

Faoro analisa alguns determinantes, que estabelecem relações sociais assimétricas (estamento, capitalismo politicamente orientado, Estado patrimonial). É o caso do Brasil, a partir de sua formação como colônia. O estamento, situado acima das classes, introduz e controla relações comerciais. A moeda é mais "moeda do príncipe" que intermediário entre atores privados, que ela vincula aos interesses do estamento. Três hipóteses (premissas de consequências, embora discutíveis): 1) onde "tudo é igual" nem todos são iguais: esta norma geral adquire nova definição no capital politicamente orientado; 2) continuidade histórica: privilégios que solidificaram o tradicional estamento geram seqüelas nas fases sucessivas; 3) na etapa atual da globalização o privilégio das relações financeiras sublima traços comuns ao capitalismo anglo-saxônico e à herança do estamento.

PALAVRAS CHAVE: Brasil-história; método; estamento; colônia.

1 - Como são iguais os iguais

A economia trata do mercado, fenômeno que, numa simplificação, pode-se identificar como aquele campo onde "tudo equivale a tudo". Os raciocínios mais sofisticados (haja sofisticação nisso!) partem desse pressuposto, quase a constituir uma geometria (ou uma aritmética) da vida social. No entanto, as próprias relações mercantis nem sempre são iguais. Não se identificam sequer consigo mesmas. É um exemplo dessa diferenciação que Raymundo Faoro oferece em seu clássico *Os donos do poder*. A proposta que aqui se apresenta resume-se em recomendar aos economistas maior atenção para os conceitos que ele desenvolve. Exemplos: estamento, capitalismo politicamente orientado, Estado patrimonial. No fundo, o que se quer defender é a **relevância de tais conceitos para enriquecer o arsenal analítico dos economistas.**

Não se pretende aceitar sem mais nem menos o uso específico daquelas categorias tal como aparece em Faoro, nem adotar integralmente as teses que ele sustenta: para isso, seria necessário um estudo bem mais amplo e demorado. Trata-se,

no momento, somente de sublinhar a importância de desenvolver uma análise que leve em consideração as realidades que eles representam: relações de poder, assimétricas por natureza, embora embutidas no próprio "mecanismo" que introduz e difunde relações mercantis, igualitárias por definição.

Por trás desta opção metodológica está a convicção de que é importante pesquisar as origens dos fenômenos que hoje presenciamos. Neste sentido, um dos aspectos de que a economia se deveria ocupar (embora freqüentemente dele prescindir!) é a origem colonial de muitos estados modernos, processo gerador de uma infinidade de relações assimétricas, como mencionamos.

É o caso do Brasil. Faoro constitui, neste sentido, um guia particularmente precioso, ligando a origem do país à formação da civilização ibérica, nela inserindo e salientando o específico português. Torna assim mais acessível o entendimento do processo que caracteriza a economia brasileira, ligada como ela está às suas origens lusas. A este ponto é que se inserem os conceitos acima mencionados, a saber: colônia, estamento, capitalismo político. Quer eles sejam aceitos, quer sejam rejeitados, a leitura de sua formulação certamente contribui para capacitar-nos a entender porque certos raciocínios, hauridos do exame de economias de outra cepa, não calham tão pertinentemente no caso brasileiro.

No fundo, desde a clássica obra de Celso Furtado (sem esquecer Roberto Simonsen, Caio Prado Jr., Inácio Rangel e muitos outros), tornou-se praticamente incompreensível a adoção por parte de analistas do Brasil, daquele enfoque que assumiu recentemente o nome de *mainstream*, de origem americana, onde o conceito de equilíbrio joga um papel central na análise. Esse enfoque surgiu naquele país, no qual se aplica com maior propriedade a definição de mercado como "terra das equivalências" - a partir, note-se, da mesma história colonial, que lá foi vivida em outro capítulo bem distinto. Houve colônias e colônias, umas diferentes das outras, diversidade que Faoro não deixa de mencionar, embora centralizando a análise nos traços imprimidos ao Brasil pela dominação portuguesa.

Em outras palavras, o desenvolvimento de uma análise com base nos conceitos, derivados das definições que as variáveis assumem no mercado, possui muitos motivos para surgir e prosperar nas terras de Adam Smith e Ricardo, enquanto lá onde penetrou outra formação social - de caráter estamental, segundo a tese de Faoro - fazia-se necessário abordar as estruturas da economia com outro enfoque. No

qual - diga-se a bem da verdade - terá que ser inserido o próprio dinamismo do mercado, embora desta vez submetido a um conjunto de interesses que são definidos e expressados num estamento "acima das classes". É este um ponto do qual se pode discordar (e houve quem discordasse, inserindo por exemplo o próprio estamento nas classes), contrariando a interpretação de Faoro, que coloca seu dinamismo "acima" das contradições da economia das classes que formam a sociedade. Em brevíssimas palavras, ele considera o estamento como relação política, enquanto as classes se formam nas contradições da economia.

Vamos acenar rapidamente a alguns desses aspectos, articulando-os com outras contribuições analíticas que ilustram traços importantes da formação colonial do Brasil.

1.1 - Os negócios do rei

Não vamos discutir o posicionamento de Faoro, em si. Prefiro coligir algumas observações sobre a natureza das transformações históricas que ele focaliza. Veremos que elas podem enriquecer análises que se formularam com base em outros pressupostos. Concentramos a atenção no caso das sociedades que se formaram no colonialismo de cunho português. De colônia em colônia, portanto, fixaremos a atenção no específico português. Nas origens do Brasil.

O questionamento poderá naturalmente começar pela pergunta acerca de que tipo de capitalismo está se formando. Ora, a difusão das relações mercantis que foi transformando o mundo moderno em capitalista conheceu, em Portugal, aquele padrão que Faoro denomina de "capitalismo politicamente orientado", consistentemente com as teses centrais de seu livro. Em suas origens

Os mencionados fundamentos sociais e espirituais reúnem-se para formar o Estado patrimonial. A realidade econômica, com o advento da economia monetária e a ascendência do mercado nas relações de troca, dará a expressão completa a esse fenômeno, já latente nas navegações comerciais da Idade Média.

Esse "Estado patrimonial",

[...] ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano. Mais um passo, e a categoria dos auxiliares do príncipe comporá uma nobreza própria, ao lado e, muitas vezes, superior à nobreza territorial.

Há, sobretudo, o aparecimento de um órgão centralizador, dirigente, que conduz as operações comerciais, como empresa sua: o príncipe. Nenhuma exploração industrial e comercial está isenta de seu controle - guarda, todavia, para seu comando imediato os setores mais lucrativos, que concede, privilegia e autoriza à burguesia nascente, presa, desde o berço, às rédeas douradas da Coroa.

Se quisermos inserir essa realidade - formada primeiro em Portugal, e que mais adiante penetrou no Brasil colônia - num quadro topológico da estrutura social, seu desenho deveria apresentar um lugar especial, formador, para o príncipe (El Rei) e o estamento a ele ligado, dele derivado. Conseqüência natural dessa formação é que essa desigualdade, esse domínio autoritário, esse sistema de privilégios será, ele mesmo, em primeira pessoa, responsável pela introdução e penetração das relações mercantis na sociedade. Nessa sociedade, o mercado é uma relação reservada, privilegiada desde antes de sua fundação. Nasce nas mãos dos donos. É nessas mesmas mãos que se define o "estamento":

[...] o Estado se aparelha, grau a grau, sempre que a necessidade sugere, com a organização político-administrativa, juridicamente pensada e escrita, racionalizada e sistematizada pelos juristas.

Esta corporação de poder se estrutura numa comunidade: o estamento.

Em outro trecho magistral, Faoro resume o quadro institucional que assim se forma:

O estamento, quadro administrativo e estado-maior de domínio, configura o governo de uma minoria. Poucos dirigem, controlam e infundem seus padrões de conduta a muitos. [...] É a própria soberania que se enquista, impenetrável e superior, numa camada restrita, ignorante do dogma do predomínio da maioria. Não há, entretanto, [...] o governo isolado, absolutamente alheio ao povo: o recíproco

influxo entre maioria e minoria, mesmo nas tiranias mais cruas, responde pela estabilidade dos regimes políticos.

Saindo um momento da terminologia faoriana, ou seja olhando o mesmo panorama com outros olhos, poderíamos adotar uma distinção elaborada por Sohn-Rethel, da qual já lançamos mãos em outros escritos: a distinção entre sociedade de apropriação unilateral e sociedade de apropriação recíproca. Trata-se de dois processos que definem as relações sociais a partir de como a apropriação relaciona entre si os diferentes atores. Típico exemplo de apropriação recíproca é o mercado, com base no *do ut des*. Mas a este ponto devemos perguntar: será a relação mercantil sempre, em todos os casos, recíproca? Pelo menos no caso da formação portuguesa estamental, havia uma falta de reciprocidade na própria definição dos atores que participariam do mercado, pois este era reservado ao rei e àqueles que o rei designava, ou seja ao estamento. Uma reserva que abrangia pelo menos suas fatias mais suculentas.

Por outro lado, típico exemplo de apropriação unilateral (além naturalmente de furto, roubo, rapina, pirataria, etc.) é o Estado (melhor dito: o governo), cobrando impostos sem nada dever "em troca".

Adotando a terminologia assim proposta nota-se que, em geral, na formação das sociedades coloniais

a **apropriação recíproca** chegou [...] não por desenvolvimento próprio interno de suas potencialidades, mas com a instituição da moeda imposta pelo colonizador e a mercantilização nela embutida.

Ora, o estamento, que o colonizador português (existe analogia também com o espanhol) tinha institucionalizado em sua formação, consolidava essa forma de vigência do mercado: o comércio estava já em mãos dessa categoria social especial, portanto em mãos do rei, o que constituía uma espécie de *know how* colonial até mesmo *ante litteram*, ou seja antes que a colonização lhe conferisse amplidão mundial. Nesse mundo era a diferença (do estamento) que fundava e fundamentava a "igualdade" (do mercado).

1.2 - A moeda do rei

Será oportuno, neste contexto, analisar alguns aspectos do que significou a introdução da moeda no território colonial, que antes de ser conquistado (ou seja, roubado: por apropriação unilateral) não a conhecia. Embora em sua definição o fenômeno "moeda" responda sempre à mesma definição, contudo sua presença em vários meios sociais adquire significados muito distintos. No território brasileiro seu uso foi introduzido pelo português.

É assim que o conceito de estamento, com suas implicações estruturais, ajuda a compreender a definição dessa nova sociedade que foi se formando a partir da colonização. De moeda se fala em toda a história colonial, embora a Carta de Caminha não discorra sobre ela, como aliás era natural. Uma vez que o português se estabeleceu aqui, o uso da moeda se tornou comum. Uma das queixas que se fazia sentir na colônia era a falta de moeda, pois toda moeda era aqui introduzida de fora, trazida nos navios. Só com a presença dos holandeses foi que se começou a cunhar moeda por aqui. Muito lentamente, a partir do século XVIII, também o reino de Portugal foi admitindo a cunhagem de moeda no Brasil.

No entanto, mais do que pesquisar os detalhes de sua introdução e difusão, o que aqui interessa é situar esta penetração colonial no encaixe teórico que nos é oferecido pela obra de Faoro. Trata-se, antes de tudo, de um fenômeno gerado (conforme frase freqüente em nosso Autor) "de cima para baixo": eram aqueles que dominavam os negócios coloniais (do pau brasil às minas) que introduziam, difundiam, utilizavam a moeda. De sua escassez não se queixavam os índios, nem ela atingia tão diretamente a vida dos escravos (aliás estes, as "peças", eram tratados de forma análoga à moeda, equivalente geral). Quem fazia negócios com a moeda eram, substancialmente, os que pertenciam ao estamento, os que aqui se encontravam como representantes do rei, ou com alguma concessão régia, direta ou indireta.

Temos assim o caso de uma colônia em que - conforme acima acenado - uma relação de apropriação unilateral gera relações de apropriação recíproca: a colonização, através do estamento aqui transportado e consolidado, introduz, usa, difunde o uso da moeda. Esta, então, é muito mais "moeda do Rei" que meio de trocas, pois as trocas se efetuam principalmente em função da apropriação - pelo Rei e pelo estamento - das riquezas assim açambarcadas ao promover uma economia

colonial.

É como moeda do Rei que penetrou a moeda no Brasil.

O mercado era negócio do rei, do estamento ("camada dominante na ordem social", diria Faoro). Num quadro topológico da sociedade capitalista, Theret inclui, lado a lado, as duas funções da moeda como mediadora: "moeda mercantil", "moeda do príncipe", situando-as entre a "economia das trocas mercantis" e a "economia do dom e da cobrança": só faltaria dizer que, na formação econômica brasileira esta última era o âmago e o sentido de todo o processo. Tanto assim que chegou a se consolidar naquela categoria social, o estamento, cujos interesses dominavam o movimento geral da economia. Com a independência ele seria internalizado e separado do estamento original português. Mas sobreviveria.

Retomando então a terminologia de Sohn-Rethel mencionada acima, diríamos que a moeda primeiro teve que submeter-se a servir de instrumento para a constituição de uma sociedade de apropriação unilateral. Só assim, por esse caminho, em dependência dele, pode introduzir relações de apropriação recíproca, mais características do uso mercantil da moeda, aquele que deriva de sua própria definição como equivalente.

1.3 - Os vários individualismos

Nesse último caso, naturalmente, no reino em que a moeda penetra e vai forjando as relações sociais, haverá uma tendência a um relacionamento individualista, tal como aquele analisado - ou pelo menos suposto - na mais tradicional análise econômica.

Surge aí uma questão: tratar-se-á do *mesmo* individualismo em ambos os casos:

- quando ele for gerado na formação de uma sociedade "racional" no sentido capitalista, e
- quando for gerado sob o domínio do estamento, como consequência do desenvolvimento e ampliação de seus interesses?

Notar a importância disso para uma ciência que - como a economia - freqüentemente se refaz ao individualismo, nem que seja puramente metodológico:

como poderá o "mesmo" procedimento analítico aplicar-se a casos diferentes? Num ambiente social (Grã Bretanha, USA,...), o indivíduo se gera no processo de concorrência surgido nos próprios poros da sociedade; noutra (em sociedades estamentais) predomina a diferenciação entre indivíduos a depender de seu posicionamento no (ou perante o) estamento. "Você sabe com quem está falando?"

Esta observação - aqui reduzida a um aceno - implica que no estudo da formação social brasileira muito tem que ser "adaptado" quando se queira entender como, em que sentido, com que profundidade o indivíduo é ou não é - nela - o elemento nuclear, o "ator" sociológico básico. Em se tratando de sociedade estamental, as coisas passam por outros caminhos, mesmo se o dinamismo introduzido (a monetização, por exemplo) é de ordem individualista por definição.

2 - Hipóteses

A este ponto, cabe a formulação de algumas hipóteses, quase implicações da adoção dos conceitos apontados. Elas poderiam constituir eventuais tópicos específicos a ser ulteriormente pesquisados, pois os campos abertos por Faoro são amplos e preñhes de conseqüências. Ele, como todo pesquisador que se preza, abre o campo para ulteriores indagações.

As hipóteses podem ser três: 1) sobre "igualdade"; 2) sobre continuidade histórica; 3) sobre o momento atual.

2.1 - Onde "tudo é igual" nem todos são iguais

No reino da igualdade nem todos são iguais, ou seja haverá quem domina o processo de igualização. Em outras palavras, o paradoxo orwelliano (alguns são "mais iguais" que outros) é de natureza bem mais geral que a possível aplicação original adotada por seu Autor. Especificamente, encontramos essa "maior igualdade" nas formações coloniais. No entanto, de igualdade em igualdade, descobrem-se diferenças substanciais. Sem percorrer a história ampla dos imperialismos (como no clássico ensaio de Schumpeter), vejamos um pouco mais o contraste entre colônias diferentes nos séculos recentes, na formação do capitalismo.

Nas colônias de origem anglo-saxônica ocorreram aqueles monopólios aos

quais dedicou sua crítica lúcida e penetrante Adam Smith. E nos Estados Unidos, herdeiros privilegiados daquela colonização, ainda no século XX, Chandler (ao lado de muitos outros) encontrava a "mão visível" de poderes econômicos, que resultam do processo de concentração. No entanto, não se pode dizer que aqueles fenômenos tenham sido gerados pelo mesmo princípio motor que formou o Brasil (e as outras empreitadas coloniais portuguesas): pois lá, com sua origem inglesa, as relações mercantis penetravam bem mais em sua própria definição de equivalência, até "anteriormente" ao açambarcamento estatal de frações substanciais daquela riqueza. Eventualmente a constituição de monopólios outorgados pela coroa constituía, mesmo lá, um procedimento com certa analogia com a praxe portuguesa de conceder explorações mercantis coloniais a determinados membros do estamento que sustentava o príncipe. Mas a formação do mercado não dependia substancialmente de tais concessões. Muito pelo contrário.

No Brasil, processo bem diferente se desenvolveu: pois aqui aquelas forças centrípetas que formaram o estamento foram as próprias definidoras e fundadoras do mercado, sempre em busca dos tesouros que enriqueceram ou enriqueceriam o Rei (por extensão, também seus apaniguados). Duas colônias, dois exemplos. Cada um possui algo de específico. E em cada caso aquilo que é específico se reflete e é como que transmitido na difusão da moeda. No caso brasileiro, esta penetra pelas veias da concessão real e pelos meios de concentração das riquezas nas mãos previamente definidas do príncipe, dono dos donos do poder. Resultado: outro capitalismo formou-se aqui. O que constitui história ulterior.

Como em todo e qualquer capitalismo (e não só nele...) "todos são iguais, mas alguns são mais iguais que outros", cada versão dele tem seu próprio processo diferenciador. No caso brasileiro, o que Portugal nos legou foi o processo estamental. Aqui chegamos na leitura do clássico livro de Faoro.

2.2 - Continuidade histórica

Posições de privilégio são herdadas, ou melhor formam uma continuidade histórica. O desenvolvimento estamental do Brasil independente, através do período monárquico e republicano até meados do século XX forma o objeto de toda uma ampla parte do livro de Faoro. Na edição aqui citada tais elaborações cobrem todo o

segundo volume (cap. XI-XV e Capítulo final), depois de ter ocupado o leitor já no primeiro (cap. VIII-X). Preferimos neste texto concentrar-nos nos aspectos típicos da colônia, quase para voltar às raízes. Mas não se podia deixar de acenar a esses ulteriores desenvolvimentos que mostram implicações válidas até os nossos dias, quando muitos daqueles "mecanismos sociais", tão vivos na colônia, já foram - em sua versão inicial - sepultados, quase à moda das elites de Pareto.

No entanto, pelo menos um elo de continuidade não foi deixado fora de foco aqui. Pois, afinal, porque e como foi que o Brasil ficou dominado por um estamento? Em outras palavras, porque foi que ele dependeu tanto da vontade do Rei de Portugal e, além disso, formou (parte de) suas próprias elites tão ligadas à coroa? A resposta encontra-se já nos primeiros capítulos de Faoro, onde ele define o estamento dentro da própria experiência original portuguesa medieval, que se mostra quase caminho para chegar ao "capitalismo político", aquele onde as diferenças não são somente fruto da tendência concentradora do capital: elas se geram bem antes e provêm daquela mesma força que introduz o capitalismo comercial e financeiro em novos espaços, nas colônias. Trata-se da força do príncipe.

De continuidade em continuidade, talvez a hipótese aqui formulada, articulada com as considerações acima sobre a difusão da moeda, possa sugerir uma outra: a de que a inflação que acompanhou o Brasil durante grande parte do século vinte tenha muito a ver com a estrutura social herdada do capitalismo patrimonial. A dialética entre classes e estamento teria algo a ver com os processos como a moeda se difunde e é usada. Sobretudo a moeda puramente fiduciária, nominal e até mesmo fictícia. Seria esta, eventualmente, uma veia a pesquisar.

2.3 - E a globalização?

Sobre as mudanças atuais parece à primeira vista que, com aquilo que foi acima exposto, nada se poderia dizer. No entanto, ao focalizarmos algumas características do capitalismo brasileiro como "capitalismo patrimonial", podemos continuar sua formulação com base no entendimento expresso poucos anos atrás por um político recentemente desaparecido. Segundo Mário Covas, o que a economia brasileira estaria hoje precisando (ele falava em véspera das eleições de 1989) seria um "choque de capitalismo".

Tal choque ocorre justamente quando o capital dos países "centrais" privilegia com profundidade nunca antes experimentada suas próprias formas financeiras e os respectivos processos: formas e processos que tradicionalmente já eram privilegiados também no capitalismo patrimonial, embora se encontrassem ainda em fases relativamente mais primitivas e menos sofisticadas, por não ter ainda alcançado os instrumentos de operação que o século vinte elaborou e nos legou. O capital financeiro sempre teve alguma posição de privilégio quer em ambiente anglo-saxônico, quer no capitalismo patrimonial de cunho ibérico.

Uma provocação "final"(?) poderia então talvez procurar resposta aos interrogativos de Covas: serão as mudanças atuais, para o Brasil, a superação do capitalismo patrimonial político rumo a um capitalismo mais "capitalista"?

3 - Concluindo

Tratou-se, aqui, só de introduzir alguns conceitos, chegando à formulação de certas hipóteses. O exposto não se encontra, portanto, em forma final e definitiva. O propósito não é de convencer sobre determinadas teses: pretendemos apenas apontar a importância de aspectos e problemas que nas análises econômicas podem facilmente passar despercebidos ou ser sistematicamente eludidos, mas no entanto encerram consequências importantes para o objeto analisado. A obra de Faoro serve então para despertar a atenção sobre essas características do processo que estamos analisando, aquele da formação de economias de origem colonial, bem como das consequências que tal origem tem sobre suas determinações atuais.

Eventualmente, caso alguém creia poder demonstrar algo contraposto às posições de Faoro, poderá até encontrar apoio em escritos tais como os de Inácio Rangel (para não mencionar senão um dos autores mais conhecidos que discordam dele sob certos aspectos). Correspondentemente, assumirá o ônus de provar sua tese, desmentindo aquela de Faoro. Mas o ponto aqui sustentado é que, em todo caso (seja ou não seja correto e demonstrado tudo o que Faoro sustenta), será necessário tomar conhecimento de tais características da economia, analisá-las, levá-las em consideração.

Um livro como *Os donos do poder* abre portanto os horizontes, inclusive e sobretudo nestes dias em que o poder pode estar mudando de donos.

BIBLIOGRAFIA MÍNIMA

Brasil através da moeda. Exposição permanente. Centro Cultural Banco do Brasil; Osvaldo Colin. Rio de Janeiro, CCBB, 1995.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro.* São Paulo, Globo-Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro) 2v.

GALVAN, Cesare Giuseppe. *Moeda e ciência.* Recife, Centro Josué de Castro; João Pessoa, Curso de Mestrado em Economia, UFPB, (no prelo).

SOHN-RETHEL, Alfred. *Geistliche und körperliche Arbeit.* Ver. Neuauflage. Weinheim, VHC, Acta Humaniora, 1989.

THERET, Bruno. *Régimes économiques de l'ordre politique. Esquisse d'une théorie régulationniste des limites de l'état.* Paris, PUF, 1992. Cap.2: "La topologie du social".